

1. Contexto operacional

A Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (doravante “Cedro” ou “Companhia”), com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída em 2 de abril de 1883, resultado da fusão das empresas Mascarenhas & Irmãos (Fábrica do Cedro), em funcionamento desde 1872 e Mascarenhas & Barbosa (Fábrica da Cachoeira), é uma Companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPIs, destinados a segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade, e o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e de silvicultura, bem como a geração, distribuição e transmissão de energia elétrica para consumo próprio, podendo, entretanto, comercializar o excedente de energia elétrica não utilizado.

Atualmente, a Companhia exerce suas atividades através da operação de três fábricas instaladas no Estado de Minas Gerais e também através de sua controlada, Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio (doravante “Santo Antônio”) - indústria têxtil instalada em Minas Gerais, na área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia operou com lucro líquido de R\$82.704 (em 2016 prejuízo R\$140.276) na controladora e lucro de R\$86.222 (em 2016 prejuízo de R\$142.627) no consolidado. Em 31 de dezembro de 2017 o seu passivo circulante excedeu R\$68.849 (R\$99.543 em 2016), incluso neste excedente R\$53.461 (R\$48.610 em 2016) devidos a controladas - Nota 11. No consolidado, em 2017 ocorreu a recuperação do capital circulante líquido, saindo do valor negativo de R\$67.148 em 2016 para R\$1.300. A Companhia conta com recursos financeiros oriundos de linhas de créditos obtidas junto a instituições financeiras, que em 2017 já se tornaram mais favoráveis, para a continuidade das operações.

A Cedro e sua controlada, Santo Antônio, aderiram ao PRT - Programa de Regularização Tributária instituído pela Medida Provisória 766/2017 e ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária instituído pela Medida Provisória 783/2017 convertida na Lei nº 13.496 em 24 de outubro de 2017. Os débitos tributários perante a Secretaria da Receita Federal foram liquidados em sua maior parte com utilização de prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, R\$36.996 na Controladora e R\$52.751 no Consolidado (Nota 25), e o restante em espécie parcelas mensais.

A Administração considera que a concretização de operação estratégica resultou na recuperação da estrutura de capital como também na consolidação da rentabilidade em patamares sustentáveis, capazes de garantir liquidez suficiente para a operação bem como a continuidade operacional prolongada da Companhia.

A venda de ativos que não afetam diretamente a operação principal da Companhia, permanecem em entendimentos.

Para enfrentar os efeitos da pior crise econômica pela qual o país já passou, a Administração tomou medidas para adequar a Companhia à nova realidade do mercado. A partir de investimentos realizados no período 2011-2014, elevou a oferta de produtos de maior valor agregado, firmando posicionamento em segmento onde a concorrência não se dá exclusivamente pelo preço. Com a eclosão da crise e a consequente súbita redução de demanda do mercado, adequou sua produção, evitando a formação de estoques excessivos de produtos acabados. Com a implementação de modernas técnicas de administração industrial, reduziu os estoques de matéria prima e materiais intermediários. Renegociou prazos de pagamento junto a fornecedores e alongou, junto aos credores financeiros, o perfil do endividamento. Esse conjunto de medidas otimizou a demanda por capital de giro que, aliado aos efeitos de um forte programa de redução de custos e despesas.

A maturação das medidas já adotadas, contribuíram para consolidar a recuperação, reduzindo de forma importante custos e despesas. Como exemplos, podem ser citados uma reestruturação administrativa, que inclui redução em 40% na composição da Diretoria e entrada em vigor de novo contrato de fornecimento de energia. Com o conjunto de medidas de redução de custos e despesas, a Administração viu a melhora do resultado operacional em 2017.

O reposicionamento estratégico surtiu efeito, com o crescimento da Receita, mesmo em momento de mercado ainda estagnado, o que é explicado pelo aumento de penetração em clientes antes não atendidos pela Companhia. A capacidade de produção passou a ser ocupada em sua totalidade, contribuindo fortemente para a recuperação de margem, em função da maior diluição dos custos fixos. A margem bruta de 2017 foi de 18,4%, substancial aumento em relação aos 8,7% de 2016.

Na análise da geração de caixa medida pelo Ebitda, a evolução também é evidente, saindo dos R\$7.989 negativos em 2016, para R\$66.515 positivos em 2017.

Também podemos evidenciar a evolução por meio de comparativos consolidados, vide a seguir:

	Informações em 31/12/2017	Informações em 31/12/2016	Variação (%)
Receita Bruta de Vendas	717.222	565.411	26,8
Lucro bruto	116.582	43.973	165,1
Margem bruta	18,4%	8,7%	9,7 p.p.
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	83.712	(79.161)	(205,7)
Lucro líquido /(Prejuízo)	86.222	(142.627)	(160,5)

Avançam os trabalhos de alongamento da dívida de curto prazo, cujo resultado já é percebido no ano de 2017.

A Administração considera que a concretização de operações estratégicas no decorrer de 2017 resultaram não só em recuperação da estrutura de capital como também na consolidação da rentabilidade em patamares sustentáveis, capazes de garantir liquidez suficiente para a operação bem como a continuidade operacional prolongada da Companhia.

Reestruturação societária

Em 01 de março de 2017, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, foi aprovada a incorporação da Cedro Gestão de Ativos S/A (doravante “Cedro Gestão”), nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. A incorporação resultará em redução de custos operacionais, administrativos e financeiros das mesmas. Com o resultado desta incorporação a Cedro Gestão foi extinta e Cedro tornou-se sua sucessora.

O patrimônio líquido da Cedro Gestão foi avaliado em 31 de janeiro de 2017, com base no valor contábil, pelo montante de R\$18.642, conforme Laudo de Avaliação Contábil para fins de incorporação, emitido por empresa independente especializada. O acervo líquido contábil avaliado em 01 de março de 2017, quando da incorporação está apresentado como segue:

	<u>Valor (R\$)</u>
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	6
Contas a receber de empresas ligadas	2.111
Mútuo com empresas ligadas	8
Imobilizado	16.704
Total dos ativos incorporados	<u>18.829</u>
Passivo assumido	
Obrigações sociais e tributárias	(49)
Acervo líquido	<u>18.780</u>

O saldo do investimento e de valores a receber da Cedro Gestão junto à Cedro foram eliminados no processo de incorporação.

Em 27 de junho de 2017 foi constituída a CGH Pacífico Mascarenhas Ltda. (doravante “CGH”), unidade com objetivo operacional para exercer a atividade de geração e distribuição de energia elétrica, teve no mês de julho aporte de capital em bens de propriedade da Cedro, terras e ativos da usina hidrelétrica, avaliados pela empresa APC Avaliações Patrimoniais e Consultoria S/C Ltda., no valor de mercado em R\$8.784, com integralização 100% do capital votante, correspondente a 784.070 quotas.

Em 25 de agosto de 2017 o investimento foi alienado na sua totalidade (nota 14).

2. Bases de elaboração, apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e as demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas Demonstrações Financeiras.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir o “custo atribuído” de edificações e benfeitorias e máquinas, equipamentos e instalações na data de transição para os CPCs, e determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

A publicação dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de março de 2018.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira e suas controladas em 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentadas abaixo:

Razão social	País sede	Participação	
		Total (%)	Votante (%)
Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	Brasil	85,44	99,99
Cedro Gestão de Ativos S/A	Brasil	100	100

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre a Companhia e suas controladas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as companhias, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, das duas principais controladas.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

São representadas por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras em títulos de renda fixa e depósitos interfinanceiros acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, cujo risco de mudança de valor justo é insignificante, sendo utilizadas pela Companhia no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.6. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

2.7. Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as categorias de empréstimos e recebíveis e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem empréstimos a controladora, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são instrumentos financeiros mantidos para negociação. É classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os instrumentos dessa categoria são classificados como circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantido para negociação.

2.7.1. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

2.7.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos são avaliados coletivamente, mesmo se não apresentarem evidências de que estão registrados por valor superior ao recuperável quando avaliados de forma individual. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia e suas controladas na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após o período médio de 90 dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

2.8. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados como “Outros passivos financeiros”.

Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

2.9. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data de contratação e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*.

2.10. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras, sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 25). A alíquota efetiva do imposto de renda é calculada levando-se em conta os incentivos fiscais de imposto de renda concedido, sobre as projeções futuras de resultado.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

2.12. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. Conforme faculdade estabelecida pelo CPC 27, a Companhia optou, na adoção inicial dos CPCs, pela atribuição de custo para terrenos, edificações, máquinas e instalações industriais. Os itens adquiridos após a data de transição são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada do ativo, às taxas descritas na Nota 15.

Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

2.13. Propriedade para investimento

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do período no qual as mudanças ocorreram.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

2.14. Ativos intangíveis

(i) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido é o valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisição de controladas é registrado como “ativo intangível”. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. As perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(ii) Marcas e patentes

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as marcas e licenças, uma vez que tem vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 a 20 anos.

(iii) Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento e melhoria de sistemas já existentes são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

2.15. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos para venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.16. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

A receita decorrente de incentivos fiscais de ICMS (PROALMINAS - Nota 10), recebida na forma de ativo monetário (crédito presumido), é reconhecida no resultado do exercício ao longo do período correspondente às despesas incorridas de ICMS, objeto da compensação desses incentivos.

2.18. Destinação do lucro

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio é registrada nas demonstrações financeiras segundo as determinações estatutárias, como um passivo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

2.19. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas em base a relatórios consolidados, que todos os produtos são produzidos na linha têxtil, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui somente um segmento para divulgação: a produção e comercialização de produtos têxteis e afins para o mercado externo e interno.

2.20. Demonstração do Valor Adicionado

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.21. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB, as quais ainda não estão em vigência e não foram adotadas de forma antecipada pela Companhia:

(i) **IFRS 15** - Receita de Contratos com Clientes (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente). A norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida. Entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui o IAS 11 - "Contratos de Construção", o IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

(ii) **IFRS 9** - Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros). A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 são os novos critérios de classificação de ativos financeiros em duas categorias (mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado) dependendo da característica de cada instrumento podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente, o novo modelo de *impairment* para ativos financeiro sendo um híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Essa norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia, haja visto que os instrumentos financeiros que mantém não são complexos e não apresentam risco de impacto em sua remensuração, assim como não apresentam risco de *impairment* ou de redução de valor de forma significativa em função de expectativa de perdas futuras.

(iii) **IFRS 16** - Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil) A nova norma substitui o IAS 17, essa norma entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

A norma trata da segregação entre o arrendamento financeiro e o operacional. Haverá um modelo único, sem teste de classificação para o arrendatário, todos os arrendamentos serão reconhecidos dentro do Balanço Patrimonial do arrendatário. Outra novidade será a isenção que é opcional para arrendamentos de curto prazo, ou seja, de 12 meses ou menos.

A isenção também valerá para arrendamentos de baixo valor. Sendo assim, os valores do arrendamento serão reconhecidos como despesa.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são as relacionadas ao imposto de renda e contribuição social diferidos, estimativa de valor justo de instrumentos financeiros derivativos e provisões, as quais estão apresentadas detalhadamente em cada uma das notas explicativas.

(a) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuro.

A Companhia realizou as projeções para recuperação dos impostos diferidos, de acordo com a Instrução CVM 371, considerando o índice atual de inflação. A análise demonstrou a recuperação dos ativos no prazo de 10 anos.

(b) Provisões para riscos

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Na Nota 18, encontram-se divulgados os montantes das contingências que não foram provisionados pela Companhia em função da sua avaliação de que o risco de perda seria “possível”. Caso essa avaliação seja alterada para “provável”, esses montantes teriam impacto direto no resultado da Companhia.

(c) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil do ativo imobilizado e intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para realização dos estoques, provisão para realização de créditos tributários, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

(d) *Going-concern*

A Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não identificou nenhum indicador que colocasse em risco a capacidade de operação. Diante disto, a administração preparou as demonstrações financeiras utilizando políticas contábeis aplicáveis a empresas com continuidade de operações (*on a going-concern*), as quais não consideram quaisquer ajustes decorrentes de incertezas sobre a sua capacidade de operar de forma continuada.

(e) *Impairment*

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidências objetivas de que os ativos tenham capacidade ou não de geração de caixa no curso da sua vida útil. A administração considera que as perdas por *impairment* sejam incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de perda e impactos nos fluxos de caixa futuros estimados no grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Na data do balanço, as evidências identificadas de deterioração de ativos estão mencionadas na Nota 15.

4. Gestão do risco financeiro

(a) Política de gestão de riscos financeiros

A gestão dos riscos financeiros é realizada de forma a orientar em relação às transações, requerendo diversificação e seleção de contrapartes. Regularmente, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são monitoradas, com o propósito de avaliar o resultado e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

Não obstante a Controladora e o consolidado apresentarem capital circulante líquido negativo, a gestão do risco de liquidez é realizada considerando as operações consolidadas da Companhia.

(d) Risco de mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros.

(i) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A exposição das taxas de juros está sumarizada na nota de sensibilidade abaixo.

(ii) Risco de taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

A exposição cambial líquida da Companhia e de suas controladas, vinculadas, substancialmente ao dólar norte-americano, é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	Em dólares		Em dólares	
	americanos (US\$ mil)		americanos (US\$ mil)	
	2017	2016	2017	2016
Financiamentos em moeda estrangeira (US\$ mil)	(1.844)	(3.392)	(1.844)	(3.392)
Fornecedores mercado externo (US\$ mil)	(70)	(21)	(97)	(22)
Depósitos em dólar (US\$ mil)	808	232	1.112	311
Contas a receber em moeda estrangeira (US\$ mil)	2.166	1.976	3.153	3.217
Exposição ativa (passiva) líquida (US\$ mil)	1.060	(1.205)	2.324	114

Análise de sensibilidade

Na elaboração da análise de sensibilidade para o risco da taxa de câmbio foi utilizada a cotação do dólar, disponibilizada no mercado financeiro, tendo como cenário provável o dólar cotado a R\$3,31, conforme entendimento do mercado, divulgado por meio do Boletim Focus de 19 de janeiro de 2018. Na controladora e consolidado os cenários II e III foram calculados com valorizações de 25% na variável de risco, que no caso é a cotação futura do dólar. A análise de sensibilidade levou em consideração a exposição ativa ou passiva líquida do consolidado e da controladora, sendo que nos casos em que a exposição é ativa, a deterioração da variável de risco, nesse caso, se refere à redução da taxa do dólar, ao passo que nos casos em que a exposição é passiva, a deterioração se refere ao aumento da taxa do dólar. O cenário base foi calculado utilizando-se o dólar de fechamento em 29 de dezembro de 2017, de R\$3,3080.

	Controladora 2017				Consolidado 2017			
	Base	Provável	II	III	Base	Provável	II	III
Financiamentos em moeda estrangeira	(6.100)	(6.104)	(4.578)	(3.052)	(6.100)	(6.104)	(4.578)	(3.052)
Fornecedor mercado externo	(232)	(232)	(174)	(116)	(321)	(321)	(241)	(161)
Contas a receber em moeda estrangeira	7.165	7.169	5.377	3.585	10.430	10.436	7.827	5.218
Depósitos em dólar	2.673	2.674	2.006	1.337	3.678	3.681	2.761	1.841
Exposição ativa (passiva) líquida	3.506	3.507	2.631	1.754	7.687	7.692	5.769	3.846
Efeito líquido da variação cambial - perda	-	1	(875)	(1.752)	-	5	(1.918)	(3.841)

(e) Demais instrumentos financeiros

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos com encargos financeiros variáveis, tais como Selic, CDI, TJLP, entre outros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com cenário mais provável, segundo avaliação efetuada pela Administração.

Para a realização da análise de sensibilidade demonstrada no quadro a seguir, a Administração utilizou como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião do encerramento do exercício, por entender que, devido à volatilidade de mercado, o cenário provável seria equiparado ao de 31 de dezembro de 2017, para aqueles empréstimos e financiamentos atrelados a taxas pós-fixadas, consideradas para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, a Companhia estima no cenário provável uma Selic próxima de 6,90%, a TJLP em 7,00% e o CDI em 6,89%.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de valorização da variável de risco considerada, respectivamente (cenários II - possível e III - remoto). Para efeitos dessa análise de sensibilidade, foram considerados os ajustes a pagar somente das próximas datas de vencimento.

	Controladora				Consolidado			
	2017				2017			
	Valor contábil	Conforme taxa efetiva	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%	Valor contábil	Conforme taxa efetiva	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
Empréstimos								
Indexador:								
TJLP + 7,00%	(12)	(2)	(3)	(3)	(289)	(40)	(50)	(60)
100% CDI + 5,54%	(26.653)	(3.313)	(4.141)	(4.970)	(26.653)	(3.313)	(4.141)	(4.970)
152,16% CDI	(16.999)	(1.781)	(2.226)	(2.672)	(16.999)	(1.781)	(2.226)	(2.672)
100% Selic + 4,30% a 8,00%	(62.429)	(8.147)	(10.184)	(12.221)	(87.797)	(11.458)	(14.323)	(17.187)
100% CDI+ 4,03% a 15,38%	(12.706)	(2.109)	(2.636)	(3.164)	(27.117)	(4.501)	(5.626)	(6.752)
117,65 % CDI	(1.201)	(97)	(121)	(146)	(1.201)	(97)	(121)	(146)
	(120.000)	(15.449)	(19.311)	(23.176)	(160.056)	(21.190)	(26.487)	(31.787)
Aplicações								
Financeiras								
Indexador:								
95% Selic	-	-	-	-	177	12	15	18
94% a 102,00% CDI	1.878	123	154	185	2.003	132	165	199
	1.878	123	154	185	2.180	144	180	217
Exposição líquida	(118.122)	(15.326)	(19.157)	(22.991)	(157.876)	(21.046)	(26.307)	(31.570)
(Aumento)/ redução nas despesas financeiras anuais	-	-	(3.831)	(7.665)	-	-	(5.261)	(10.524)

(f) Gestão de risco de capital

O objetivo principal da Administração de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia e suas controladas administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia e suas controladas monitoram o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Empréstimos e financiamentos (nota 14)	167.233	163.032	232.464	235.429
(-) caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(2.842)	(2.749)	(3.884)	(3.974)
(-) Numerário em moeda estrangeira	(2.673)	(756)	(5.055)	(2.295)
A - Dívida líquida	161.718	159.527	223.525	229.160
Total do patrimônio líquido	141.578	58.874	141.578	77.524
B - Capital e dívida líquida	303.296	218.401	365.103	306.684
A/B - Quociente de alavancagem (%)	53,32	73.04	61,22	74,72

(g) Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de determinados ativos e passivos financeiros. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos;
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentadas nas Demonstrações Financeiras, conforme Nível 2:

	Controladora				Consolidado			
	2017		2016		2017		2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(167.233)	(172.599)	(163.032)	(173.438)	(232.464)	(243.110)	(235.429)	(248.261)
Cessão de Recebíveis	(42.895)	(43.416)	(44.631)	(45.418)	(71.373)	(72.240)	(71.507)	(72.768)
	<u>(210.128)</u>	<u>(216.015)</u>	<u>(207.663)</u>	<u>(218.856)</u>	<u>(303.837)</u>	<u>(315.350)</u>	<u>(306.936)</u>	<u>(321.029)</u>

Os demais saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 estão registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercados estimados.

5. Instrumento financeiro por categoria

Os instrumentos financeiros por categoria são classificados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativos				
Valor justo por meio de resultado				
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	72.152	67.428	124.162	115.129
Caixa e equivalentes de caixa	2.842	2.749	3.884	3.974
Ativos financeiros	2.673	756	5.055	2.295
Depósito judicial	1.435	1.297	2.499	2.306
Títulos e certificados	8.360	-	8.360	-
Dividendos a receber	4.621	-	-	-
Crédito partes relacionadas	145	-	-	-
Outras contas a receber	20	167	26	184
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	2017	2016	2017	2016
Passivos				
Valor justo por meio de resultado				
Outros passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	167.233	163.032	232.464	235.429
Cessão de recebíveis	42.895	44.631	71.373	71.507
Fornecedores	61.018	63.456	45.322	50.116
Mútuo em controlada	14.410	8.893	-	-
Outras contas a pagar	3.061	3.095	5.003	4.874

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e contas correntes bancárias	964	1.330	1.881	2.441
Certificados de depósitos bancários - CDB	1.878	1.419	2.003	1.533
	<u>2.842</u>	<u>2.749</u>	<u>3.884</u>	<u>3.974</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações de curto prazo, negociáveis e com alta liquidez no mercado. As aplicações em CDB de liquidez imediata possuem rentabilidade próxima à variação de 90 a 102% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e as aplicações lastreadas em Debêntures rendem 100% do CDI. Os valores apresentados incluem rendimentos incorridos até a data do balanço e no resgate antecipado não haverá cobrança de encargos pela liquidação. O valor a ser resgatado é equivalente ao valor aplicado mais os rendimentos até o momento do resgate.

7. Ativos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Numerário em moeda estrangeira	2.673	756	3.678	1.015
Fundo de investimento	-	-	1.377	1.280
	2.673	756	5.055	2.295

Os numerários provenientes das receitas de exportações são mantidos em moeda estrangeira aguardando o momento oportuno para conversão, portanto sujeito ao risco cambial. Os fundos de investimento são aplicações preponderantemente em títulos públicos que procura acompanhar a variação do CDI.

8. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Cliente no país	78.187	72.874	142.570	130.417
Cliente no exterior	7.165	6.440	10.430	10.485
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.200)	(11.886)	(28.838)	(25.773)
	72.152	67.428	124.162	115.129

A composição das contas a receber é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
A vencer	62.439	59.410	108.503	101.938
Vencidos				
Até 30 dias	5.592	3.515	8.447	5.514
Entre 31 e 60 dias	2.008	1.299	3.096	2.114
Entre 61 e 90 dias	1.153	1.210	1.767	1.974
Acima de 90 dias	14.160	13.880	31.187	29.362
	85.352	79.314	153.000	140.902

A movimentação na provisão para crédito de liquidação duvidosa foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo no início do exercício	(11.886)	(9.231)	(25.773)	(21.495)
Adições (Nota 22)	(3.158)	(4.727)	(6.306)	(8.544)
Baixas líquidas de reversão	1.844	2.072	3.241	4.266
Saldo no final do exercício	(13.200)	(11.886)	(28.838)	(25.773)

Durante o exercício de 2017 a Companhia descontou recebíveis no valor contábil total de R\$42.895 (R\$44.631 em 2016) na controladora e R\$71.373 (R\$71.507 em 2016) no consolidado, na modalidade FIDC. Se os recebíveis não forem pagos no vencimento, o fundo poderá solicitar a Companhia a recompra do título não liquidado. Como os riscos e benefícios relevantes desses recebíveis não foram transferidos, a Companhia reconheceu o caixa recebido na transferência como passivo na rubrica de Cessão de Recebíveis.

9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Produtos acabados	23.716	22.517	30.875	25.951
Produtos em processo	17.319	15.375	29.927	28.500
Matérias-primas	4.327	3.557	12.175	8.695
Materiais auxiliares	6.661	5.039	11.761	10.180
Importações em andamento	378	465	832	983
Provisão para perdas em estoque	(1.264)	(2.745)	(1.610)	(3.184)
	51.137	44.208	83.960	71.125

A movimentação na provisão para perdas no estoque foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo no início do exercício	(2.745)	(3.893)	(3.184)	(5.002)
Adições	(2.670)	(1.710)	(3.516)	(2.558)
Reversão / baixas	4.151	2.858	5.090	4.376
Saldo no final do exercício	(1.264)	(2.745)	(1.610)	(3.184)

10. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Circulante				
ICMS - operações mercantis	-	-	503	5.029
ICMS - aquisição de imobilizado	411	912	453	980
Impostos sobre vendas em trânsito	326	243	326	424
Pis e Cofins - créditos a recuperar	2.161	881	2.708	1.043
Impostos a recuperar - REFIS IV (Nota 18)	481	3.672	481	3.672
Outros	100	389	803	903
	3.479	6.097	5.274	12.051
Não circulante				
ICMS - operações mercantis	8.934	6.997	8.934	6.997
ICMS - aquisição de imobilizado	1.550	1.747	1.578	1.787
Outros	133	133	310	295
	10.617	8.877	10.822	9.079

O crédito de ICMS em operações mercantis é considerado pela Administração como realizável no curso normal dos negócios complementado por medidas adicionais de realização. A classificação no ativo não circulante reflete o prazo esperado de realização, segundo as projeções de operações futuras da Companhia e suas controladas.

11. Partes relacionadas - controladora

Os direitos e obrigações de operações mercantis entre partes relacionadas possuem prazos de 90 dias para recebimento e liquidação podendo ser antecipado conforme fluxo de caixa das empresas. As transações são efetuadas em condições negociadas entre a controladora e suas controladas.

Os contratos de mútuo existentes entre as empresas foram remunerados à variação de 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescidos de um *spread* de 5%, com vigência para 360 dias, todos podendo ser amortizados em prazo inferior para maximizar o fluxo de caixa das empresas. As operações de curto prazo, conta corrente, não são remuneradas e são liquidadas em curtíssimo prazo.

A Companhia e sua controlada são mantenedoras da Associação Cedro Cachoeira, instituição de fins assistenciais, culturais e recreativos sem qualquer objetivo de lucro, sendo que as despesas e contribuições no ano de 2017 totalizaram o valor de R\$62 (controladora) e R\$146 (consolidado), no ano de 2016 as despesas foram R\$66 (controladora) e R\$166 (consolidado).

Os principais saldos e transações da Companhia com partes relacionadas são os seguintes:

	Santo Antônio		Cedro Gestão		Mineração Cedrense	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Saldos						
Contas a receber	3.187	3.051	-	-	145	143
Fornecedores	(42.238)	(40.927)	-	(1.849)	-	-
Mútuo ativo (passivo)	(14.410)	(8.885)	-	-	-	(8)
Dividendo a receber	4.621	-	-	-	-	-
Transações						
Compras	(103.551)	(100.770)	-	-	-	-
Vendas	28.209	23.647	-	-	-	-
Despesas financeiras	(4.467)	(3.905)	-	-	-	-
Serviços de locação de imóveis	-	-	(373)	(2.239)	-	-

12. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Remuneração do conselho e diretoria	1.554	2.005	3.143	4.043

13. Propriedades para investimento

O principal ativo presente na rubrica refere-se a imóvel de 20.153m² localizado no município de Sete Lagoas-MG, está avaliado a valor justo em R\$2.701 em 31 de dezembro de 2017 (R\$2.851 em 2016). O método adotado para a avaliação do terreno consiste no método comparativo, através do confronto de dados de mercado, por entenderem como o mais indicado para o caso presente. O método é comparativo, porquanto a pesquisa de mercado realizada foi dirigida no sentido da apuração de valores médios, unitários básicos, praticados e/ou propostos para terrenos semelhantes e/ou comparáveis ao objeto de avaliação, quanto a sua localização e situação, sua topografia, seus serviços públicos essenciais, suas medidas e áreas, com destaque para o grau de aproveitamento dos mesmos, dentre outros fatores secundários, os quais pudessem vir a influir, direta ou indiretamente, na valorização ou desvalorização dos terrenos avaliados.

14. Investimentos em controladas

Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio - Sociedade anônima de capital fechado foi constituída em 12 de janeiro de 1989 e inaugurada em 06 de dezembro de 1997. Instalada na área mineira da Sudene goza de incentivo fiscal de redução do imposto de renda, 75% sobre o lucro da exploração, até o exercício de 2019.

Cedro Gestão de Ativos S/A - Incorporada pela Cedro em 01 de março de 2017 (nota 1 - Reestruturação societária)

CGH Pacífico Mascarenhas Ltda - constituição e venda no exercício (nota 1 - Reestruturação societária)

As principais informações sobre as participações em empresas controladas em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são sumarizadas como segue:

Informações das controladas

	Santo Antônio		CGH	Cedro Gestão	
	31/12/2017	31/12/2016	27/06/2017	31/03/2017	31/12/2016
Milhares de ações possuídas pela Companhia					
Ordinárias - sem valor nominal	610.920	610.920	-	-	-
Preferenciais - sem valor nominal	243.440	243.440	-	-	-
Quotas - valor nominal R\$ 1.000,00	-	-	8.784	28.120	28.120
Participação da Companhia					
No capital social integralizado	85,435%	85,435%	100%	100%	100%
No capital votante	100,00%	100,00%	100%	100%	100%
Patrimônio líquido	146.796	128.046	8.784	18.780	20.447
Lucros não realizados em operações ascendentes (<i>Upstream</i>) ⁽³⁾	(334)	(517)	-	-	-
Patrimônio Líquido ajustado	146.462	127.529	8.784	18.780	20.447
Lucros não realizados em operações descendentes (<i>Downstream</i>) ⁽³⁾	(54)	30	-	-	-
Incorporação da Cedro Gestão pela Cedro	-	-	-	(18.780)	-
Venda de investimento	-	-	(8.784)	-	-
Dividendos recebidos	-	-	-	-	(1.909)
Saldo do investimento	125.076	108.984	-	-	18.538
Lucro líquido do período/exercício ⁽²⁾⁽¹⁾	24.158	(16.142)	82	242	1.565
Lucros não realizados - venda para a controladora	183	(177)	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido ajustado ⁽³⁾	24.341	(16.319)	82	242	1.565
Equivalência total	20.796	(13.942)	82	242	1.565

(1) Corresponde ao período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2017.

(2) Corresponde aos meses de janeiro e fevereiro de 2017.

(3) Equivalência da Santo Antônio com 100% das operações descendentes e 85,435% das operações ascendentes.

Movimentação dos investimentos

	Santo Antônio	Cedro Gestão	CGH	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	122.817	18.882	-	141.699
Lucros não realizados em operações descendentes (<i>Downstream</i>)	109	-	-	109
Dividendos recebidos	-	(1.909)	-	(1.909)
Equivalência patrimonial	(13.942)	1.565	-	(12.377)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	108.984	18.538	-	127.522
Patrimônio incorporado pela Cedro em 01 de março de 2017	-	(18.780)	-	(18.780)
Aporte de capital em 18 de julho de 2017	-	-	8.784	8.784
Baixa por venda em 25 de agosto de 2017	-	-	(8.866)	(8.866)
Lucros não realizados em operações descendentes (<i>Downstream</i>)	(83)	-	-	(83)
Dividendos mínimos obrigatórios	(4.621)	-	-	(4.621)
Equivalência patrimonial	20.796	242	82	21.120
Saldos em 31 de dezembro de 2017	125.076	-	-	125.076

Composição dos investimentos

	2017	2016
Equivalência patrimonial	125.076	138.088
Provisão para desvalorização de investimento	-	(10.566)
	125.076	127.522
Ágio	834	834
Saldos	125.910	128.356

O sumário da demonstração financeira da controlada que possui participação de não controladores encerradas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão assim apresentados:

Balço Patrimonial	2017	2016	Demonstração de Resultado	2017	2016
Participação da Controladora (%)	85,44	85,44	Receita Líquida de Vendas	336.684	273.444
Ativo Circulante	141.670	129.082	Lucro Bruto	56.783	28.167
Ativo Não Circulante	159.155	161.380	Despesas Operacionais	(29.671)	(26.213)
Passivo Circulante	88.192	106.948	Resultado Financeiro	(10.067)	(19.656)
Passivo Não Circulante	65.837	55.468	IRPJ/CSLL	7.113	1.560
Patrimônio Líquido	146.796	128.046	Lucro (Prejuízo) líquido	24.158	(16.142)

15. Imobilizado

	Controladora						Total
	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, móveis e utensílios	Terrenos	Obras em andamento	Provisão Impairment	
Custo ou avaliação							
Em 31 de dezembro de 2015	94.078	234.294	19.583	43.528	3.131	-	394.614
Adições	-	-	-	-	954	-	954
Crédito de imposto extemporâneo	-	(11)	-	-	-	-	(11)
Alienações e baixas	(31)	(283)	(75)	(30)	-	-	(419)
Transferências	221	935	13	-	(1.169)	-	-
Perda por valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	-	-	-	-	-	(53.177)	(53.177)
Em 31 de dezembro de 2016	94.268	234.935	19.521	43.498	2.916	(53.177)	341.961
Adições	-	-	-	-	4.716	-	4.716
Aporte de Capital CGH	(3.274)	(3.734)	(54)	(630)	-	-	(7.692)
Incorporação CGA	15.549	-	-	11.722	-	-	27.271
Ajuste de avaliação patrimonial	(4.497)	-	-	(5.721)	-	-	(10.218)
Alienações e baixas	-	(2.191)	(29)	-	-	-	(2.220)
Transferências	2.860	1.161	52	-	(4.073)	-	-
Perda (reversão) por valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	-	-	-	-	-	38.491	38.491
Em 31 de dezembro de 2017	104.906	230.171	19.490	48.869	3.559	(14.686)	392.309
Depreciação acumulada							
Em 31 de dezembro de 2015	(36.653)	(149.111)	(9.743)	-	-	-	(195.507)
Depreciação	(2.442)	(6.114)	(2.497)	-	-	-	(11.053)
Alienações e baixas	29	254	74	-	-	-	357
Em 31 de dezembro de 2016	(39.066)	(154.971)	(12.166)	-	-	-	(206.203)
Depreciação	(3.080)	(5.620)	(2.148)	-	-	-	(10.848)
Aporte de Capital CGH	185	3.070	49	-	-	-	3.304
Realização ajuste de avaliação patrimonial	92	-	-	-	-	-	92
Alienações e baixas	-	1.735	28	-	-	-	1.763
Em 31 de dezembro de 2017	(41.869)	(155.786)	(14.237)	-	-	-	(211.892)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro de 2017	63.037	74.385	5.253	48.869	3.559	(14.686)	180.417
Em 31 de dezembro de 2016	55.202	79.964	7.355	43.498	2.916	(53.177)	135.758

	Consolidado						Total
	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, móveis e utensílios	Terrenos	Obras em andamento	Provisão Impairment	
Custo ou avaliação Em 31 de dezembro de 2015	170.567	420.089	22.669	61.189	4.070	-	678.584
Adições	-	-	-	-	1.355	-	1.355
Crédito de imposto extemporâneo	-	(11)	-	-	-	-	(11)
Alienações e baixas	(31)	(7.887)	(75)	(30)	644	-	(7.379)
Perda por valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	-	-	-	-	-	(53.177)	(53.177)
Transferências	442	2.389	136	-	(2.967)	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	170.978	414.580	22.730	61.159	3.102	(53.177)	619.372
Adições	-	-	-	-	6.290	-	6.290
Aporte de capital CGH	(3.274)	(3.734)	(54)	(630)	-	-	(7.692)
Alienações e baixas	(482)	(2.490)	(30)	-	49	-	(2.953)
Transferências	2.860	1.983	108	-	(4.951)	-	-
Perda (reversão) por valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	-	-	-	-	-	35.001	35.001
Em 31 de dezembro de 2017	170.082	410.339	22.754	60.529	4.490	(18.176)	650.018
Depreciação acumulada Em 31 de dezembro de 2015	(53.791)	(238.224)	(11.259)	-	-	-	(303.274)
Depreciação	(3.926)	(10.670)	(2.932)	-	-	-	(17.528)
Alienações e baixas	29	5.416	74	-	-	-	5.519
Em 31 de dezembro de 2016	(57.688)	(243.478)	(14.117)	-	-	-	(315.283)
Depreciação	(4.348)	(10.083)	(2.582)	-	-	-	(17.013)
Aporte de capital CGH	186	3.070	48	-	-	-	3.304
Realização ajuste avaliação patrimonial	440	-	-	-	-	-	440
Alienações e baixas	482	1.981	29	-	-	-	2.492
Em 31 de dezembro de 2017	(60.928)	(248.510)	(16.622)	-	-	-	(326.060)
Valor residual líquido Em 31 de dezembro de 2017	109.154	161.829	6.132	60.529	4.490	(18.176)	323.958
Em 31 de dezembro de 2016	113.290	171.102	8.613	61.159	3.102	(53.177)	304.089

Custos de empréstimo capitalizados

Em 31 de dezembro de 2017, foram capitalizados R\$12 (R\$13 em 2016), na controladora e R\$33 (R\$46 em 2016) no consolidado. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos capitalizados foi de 0,48% a.m, que representa a taxa efetiva média dos empréstimos.

Revisão das vidas úteis

Engenheiros e técnicos têxteis da Companhia elaboraram laudo de revisão de vida útil dos bens, consideraram o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, recomendações e manuais de fabricantes e taxa de vivência dos bens.

A estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado está demonstrada no quadro a seguir:

Itens do imobilizado	Taxa anual de depreciação (%)	
	2017	2016
Edificações e benfeitorias	3,91	3,41
Veículos, móveis e utensílios	35,02	29,29
Máquinas, equipamentos e instalações	6,06	6,05

Perda (*impairment*) estimada de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia deverá reconhecer uma redução no saldo destes ativos.

Para os ativos registrados ao custo, a redução no montante recuperável pode ser registrada no resultado do ano. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Em 31 de dezembro de 2017 o teste de *impairment* foi realizado de acordo com a norma contábil CPC 01 (R1) pelo montante do ativo imobilizado.

A metodologia utilizada para os cálculos de *impairment* foi a de fluxo de caixa descontado. Os testes consistem na análise da rentabilidade dos investimentos, avaliando os resultados apurados das investidas e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela administração da Companhia.

Na elaboração dos testes do valor recuperável dos ativos da Companhia e de sua controlada, Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio, são consideradas premissas de crescimento de receita específicas por empresas de acordo com a realidade de demanda dos seus mercados. Essas premissas de crescimento de receita de 2018 foram projetadas para os anos de 2019 a 2022 na Companhia e para os anos de 2019 a 2022 na Controlada Santo Antônio, embasadas nas iniciativas presentes no plano de negócios, considerando: i) atualização constante do seu mix de produtos ii) aumento do volume de produção, principalmente no segmento de tecidos profissionais. As expectativas de crescimento das receitas foram bastantes conservadoras, considerando que para o período da projeção colocamos estimativas de produções anuais abaixo da capacidade total instalada, inclusive não atinge os patamares alcançados em 2013.

A Companhia entende que, mesmo atuando em mercado muito competitivo, inclusive com concorrentes asiáticos pode apresentar performances distintas devido às suas características individuais, tais como: estágio de maturação do parque industrial, aperfeiçoamento de sua mão de obra, custo de logística e energia elétrica.

Em relação ao preço médio de vendas, custos fixos e despesas, foi considerado um crescimento com base na taxa de inflação - IPCA ao ano. Uma vez que a maior parte dos insumos, mão de obra, serviços de manutenção e serviços de terceiros são reajustados de acordo com índices de inflação, essa premissa reflete a realidade do crescimento de custos da empresa.

Desta forma, a Companhia entende que ela e sua controlada submetidas ao teste de *impairment* terão melhoria de sua rentabilidade para os próximos anos, combinando as ações de aumento de receita e diluição de custos.

A taxa de desconto utilizada foi calculada com base em:

- CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) para o cálculo do custo de capital próprio;
- Expectativa de mercado para a Selic média, acrescida de prêmio de risco para cálculo do capital de terceiros;
- Ponderação entre participação do capital próprio e o de terceiros no capital total, partindo da situação atual e aproximando-se à média de mercado (setor) ao longo do tempo.

16. Intangível

	Controladora			Consolidado			
	Vida útil definida			Vida útil indefinida	Vida útil definida		
Custo	Marcas e patentes	Softwares e licenças	Total	Ágio	Marcas e patentes	Softwares e licenças	Total
Em 31 de dezembro de 2015	1.333	11.087	12.420	1.592	2.142	15.097	18.831
Adições	-	97	97	-	-	97	97
Em 31 de dezembro de 2016	1.333	11.184	12.517	1.592	2.142	15.194	18.928
Adições	-	2	2	-	-	2	2
Alienações e baixas	-	(2)	(2)	-	-	(2)	(2)
Em 31 de dezembro de 2017	1.333	11.184	12.517	1.592	2.142	15.194	18.928
Amortização acumulada							
Em 31 de dezembro de 2015	(1.227)	(9.390)	(10.617)	(758)	(2.034)	(13.400)	(16.192)
Amortização	(65)	(401)	(466)	-	(66)	(401)	(467)
Em 31 de dezembro de 2016	(1.292)	(9.791)	(11.083)	(758)	(2.100)	(13.801)	(16.659)
Amortização	(38)	(752)	(790)	-	(39)	(752)	(791)
Alienações e baixas	-	2	2	-	-	2	2
Em 31 de dezembro de 2017	(1.330)	(10.541)	(11.871)	(758)	(2.139)	(14.551)	(17.448)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro de 2017	3	643	646	834	3	643	1.480
Em 31 de dezembro de 2016	41	1.393	1.434	834	42	1.393	2.269

Os ativos intangíveis com vida útil definida são representados por marcas e patentes e direitos de utilização de software adquiridos junto a empresas especializadas, por programas adaptados para uso da Companhia baseados em softwares existentes no mercado. A amortização é calculada de forma linear em 10 e 5 anos, respectivamente.

17. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda / indexador	Vencimento final	Encargos financeiros anuais (%)	Controladora			
				2017		2016	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Letra de Câmbio - Cap. Giro	R\$	2018	16,00% a 19,56%	8.854	-	-	-
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2020	100% CDI + 4,03% a 15,38%	11.801	905	14.256	15.925
Cédula de Crédito à Exportação - Cap. Giro	R\$	2020	100% CDI + 5,54%	8.884	17.769	1.466	6.263
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2018	9,00%	21.365	-	-	-
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2023	100% SELIC + 4,30% a 8,00%	6.710	55.719	16.310	43.142
Mútuo - Acionistas	R\$	2018	117,65% CDI	1.201	-	5	1.200
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2021	152,16% CDI	499	16.500	15.225	19.797
Cédula de Crédito Industrial - Finame PSI(1)	R\$	2023	2,50% a 5,50%	1.961	3.461	1.965	5.412
Pré Pagamento de Exportação/Adiantamento de contrato de câmbio	US\$	2018	6,00% a 6,69%	6.100	-	11.055	-
Cédula de Crédito Bancário - Ativo Fixo - TJLP	R\$	2020	TJLP + 7,00%	6	6	6	11
Conta Garantida	R\$	2018	27,00%	5.492	-	10.994	-
				72.873	94.360	71.282	91.750

Modalidade	Moeda / indexador	Vencimento final	Encargos financeiros anuais (%)	Consolidado			
				2017		2016	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Letra de Câmbio - Cap. Giro	R\$	2018	19,56%	12.703	-	-	-
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2020	100% CDI + 4,03% a 15,38%	14.958	12.159	19.123	27.187
Cédula de Crédito à Exportação - Cap. Giro	R\$	2020	100% CDI + 5,54%	8.884	17.769	1.466	6.263
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2018	9,00%	21.365	-	-	-
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2023	100% SELIC + 4,30% a 8,00%	10.909	76.888	27.724	58.142
Mútuo - Acionistas	R\$	2018	117,65% CDI	1.201	-	5	1.200
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2021	152,16% CDI	499	16.500	15.225	19.797
Cédula de Crédito Industrial - Finame PSI ⁽¹⁾	R\$	2023	2,50% a 5,50%	3.569	6.089	3.581	9.634
Cédula de Crédito Industrial - FNE ⁽²⁾	R\$	2022	8,50%	1.699	19.521	4.093	19.511
Pré Pagamento de Exportação/Adiantamento de contrato de câmbio	US\$	2018	6,00% a 6,69%	6.100	-	11.055	-
Cédula de Crédito Bancário - Ativo Fixo - TJLP	R\$	2020	TJLP + 7,00%	145	144	148	281
Conta Garantida	R\$	2018	27,00%	1.362	-	10.994	-
				83.394	149.070	93.414	142.015

(¹) PSI - Programa BNDES de Sustentação do Investimento.

(²) FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

As parcelas do passivo não circulante em 31 de dezembro de 2017 e 2016, incluindo os juros futuros até a data contratual de pagamento, vencem como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
2018	-	61.820	-	86.685
2019	57.576	46.674	83.381	71.419
2020	37.688	27.601	53.321	42.085
2021	16.825	10.544	23.120	13.517
2022 a 2025	6.209	419	22.636	2.527
	118.298	147.058	182.458	216.233

A Companhia presta aval a financiamentos de suas controladas, no montante de R\$31.167 em 31 de dezembro de 2017 (R\$21.233 em 2016). Os financiamentos são garantidos por notas promissórias e bens do imobilizado no valor contábil consolidado de R\$185.198 (R\$185.712 em 2016).

Covenants

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Cedro possuem cláusulas restritivas de vencimento antecipado não financeiras que contemplam, dentre elas: (a) questões relacionadas ao não atendimento das garantias dadas nos empréstimos; (b) alteração do Objeto Social da Companhia ou de qualquer um das garantidoras, exceto se devidamente comunicado ao credor; (c) a incorporação, fusão ou cisão da Cedro; (d) encerramento das atividades da Companhia, pedido ou decretação de falência, insolvência civil ou recuperação extrajudicial que não seja devidamente elidida no prazo legal; (e) questões relacionadas à inadimplência dos valores devidos.

De acordo com um contrato de empréstimo datado de 09 de outubro de 2015 a Companhia não cumpriu os requisitos da cláusula 6.01(o) relativos a índices financeiros. Esta cláusula exige que a Companhia e suas controladas mantenham em todos os momentos as seguintes proporções em base consolidada, a ser calculado sobre uma base proforma: (i) índice de liquidez corrente (ativo circulante / passivo circulante) não inferior a 1,2; (ii) a dívida total sobre EBITDA não superior a 6,53x.

A Companhia alterou posições de Empréstimos e Financiamentos em função do não atingimento dos índices financeiros (*covenants*) de contratos de empréstimos, tendo as parcelas de longo prazo sido reclassificadas para o passivo circulante no montante de R\$6.029 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2017 (dezembro de 2016 - R\$7.284 na controladora e R\$ 8.962 no consolidado).

A Companhia obteve do seu credor em 05 de março de 2018 dispensa (*waiver*) de cumprimento de obrigações assumidas nos Instrumento de Dívida relativa ao decretamento de vencimento antecipado.

18. Provisão para riscos

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências trabalhistas e tributárias para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisou suas estimativas e considerou as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a estes processos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas apresentavam os seguintes passivos e os correspondentes depósitos judiciais relacionados a riscos:

	Controladora				Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Depósitos Judiciais	Líquido	Tributárias	Trabalhistas	Depósitos Judiciais	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.544	244	(3.305)	483	4.874	605	(4.232)	1.247
Adições	41	94	(49)	86	142	216	(93)	265
Baixas	(2.396)	(179)	2.104	(471)	(2.396)	(231)	2.130	(497)
Atualizações	-	-	(47)	(47)	-	-	(111)	(111)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.189	159	(1.297)	51	2.620	590	(2.306)	904
Adições	105	163	(63)	205	154	602	(397)	359
Baixas	(1.212)	(34)	55	(1.191)	(1.975)	(360)	378	(1.957)
Atualizações	10	-	(34)	(24)	10	-	(55)	(45)
TRF Ativo Não Circulante	-	-	1.205	1.205	-	-	1.971	1.971
Saldo em 31 de dezembro de 2017	92	288	(134)	246	809	832	(409)	1.232

Tributárias

PIS e Cofins

Valores sobre a exclusão do ICMS de vendas da base de cálculo do PIS e da COFINS, nos meses de setembro, outubro e novembro de 2006, cujo montante foi depositado judicialmente. A ação continua em andamento, porém no período de dezembro de 2006 a fevereiro de 2017, a Administração da Companhia decidiu recolher as contribuições pelo valor integral. Após o STF julgar inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo e a Cedro possuir liminar em mandado de segurança para não recolher as contribuições sobre o ICMS, a Administração juntamente com os consultores jurídicos entenderam ser oportuno acatar a decisão do processo no mês base de março de 2017.

Contribuição Social

Em novembro de 2009, a Companhia solicitou adesão ao programa de parcelamento de débitos fiscais denominado REFIS IV, conforme Lei nº 11.941/09, sendo homologado em 2011. O processo de consolidação pela Secretaria da Receita Federal ocorreu em novembro de 2016, ficando totalmente baixado face aos depósitos judiciais convertidos em renda da União e os pagamentos das parcelas, restando saldo a favor da Companhia compensado em 2017 e 2018.

Outras demandas judiciais

Encontram-se também em andamento ações indenizatórias de natureza tributária, cível e trabalhista movidas contra a Companhia e suas controladas, que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, deverão ser julgadas improcedentes. Destas ações, aproximadamente R\$13.680 na controladora (R\$ 25.461 no consolidado) tem seu desfecho considerável possível, para as quais não foi constituída uma provisão. Destes valores, R\$861 na controladora (R\$2.777 no consolidado) referem-se a ações de natureza trabalhista. Ações de natureza fiscal (Imposto Territorial Rural - ITR, Contribuições previdenciárias sobre participação nos lucros e Imposto sobre o Lucro Líquido - ILL) montam em R\$12.574 na controladora (R\$22.330 no consolidado), sendo que R\$6.085 refere-se a encargos de PPLR e seguro de vida em grupo, aderidos ao PERT em 26 de setembro de 2017. As ações de natureza cível são referentes a danos materiais, lucros cessantes e ações de caráter indenizatório no montante de R\$245 na controladora (R\$354 no consolidado).

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizado em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação. Os depósitos judiciais só podem ser movimentados mediante ordem judicial.

Os depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as regras específicas de cada tribunal e, como são utilizados como garantia, podem ser levantados pela parte vencedora. Assim, se a Companhia não obtiver êxito no processo, os valores depositados serão convertidos em renda da Fazenda Pública ou utilizados para deduzir o valor do passivo correspondente, caso houver. Do contrário, se a decisão for favorável à Companhia, há possibilidade de resgate dos depósitos.

19. Capital social e reservas

(a) Capital social

O capital social é de R\$150.000 e está representado por 5.707.104 ações ordinárias com direito a voto e 4.292.896 ações preferenciais sem direito a voto perfazendo o total de 10.000.000, todas escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações sociais. O número de votos, por acionista, é limitado a 5% do total das ações ordinárias do capital, por determinação estatutária. As ações preferenciais não têm direito a voto e conferem a seus detentores direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendos, além do direito de serem incluídas em oferta pública de alienação de controle.

As ações preferenciais adquirirão o exercício de direito de voto se a Companhia, pelo prazo de três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso.

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se aos ajustes do custo atribuído de itens do imobilizado da Companhia e a equivalência desses ajustes nas controladas, cuja realização ocorre através da depreciação e baixa, com a correspondente transferência para a conta de Lucros acumulados.

(c) Reservas de lucros

- (i) Reserva legal - representa a apropriação de 5% do lucro líquido do ano, até o limite de 20% do capital social.
- (ii) Reserva estatutária (para o desenvolvimento) - representa a apropriação de 5% do lucro líquido do ano como determinado no estatuto, até o limite de 20% do capital social, a ser utilizada na aquisição de bens do ativo permanente ou em novos investimentos da Companhia;
- (iii) Reserva de retenção de lucros - tem o objetivo de atender as necessidades de recursos para custear os projetos de investimentos em obras de expansão e modernização. É constituída com base no orçamento de capital da Companhia, a ser apresentado à Assembleia Geral Ordinária.

20. Informações por segmento e receita

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem somente um segmento.

21. Receita

A composição das vendas brutas nos mercados interno e externo é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita bruta				
Vendas mercado interno	455.715	372.774	717.222	565.411
Vendas mercado externo	19.150	18.251	24.693	31.797
	474.865	391.025	741.915	597.208
Deduções de vendas				
ICMS, PIS, COFINS e INSS	(71.627)	(63.306)	(99.823)	(83.709)
Devoluções e abatimentos	(4.744)	(4.000)	(7.054)	(7.769)
	(76.371)	(67.306)	(106.877)	(91.478)
Receita líquida	398.494	323.719	635.038	505.730

22. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Salários, incluindo custo de rescisões	45.285	39.492	79.205	70.106
Benefícios	15.092	12.711	27.429	23.702
Custos previdenciários e FGTS	16.439	14.663	29.101	26.348
Matéria-prima e materiais de consumo	205.300	188.154	289.265	254.761
Energia elétrica	21.618	22.636	40.247	40.126
Combustíveis	15.175	11.705	20.954	17.189
Manutenções/ serviços de terceiros	11.074	10.143	17.825	15.801
Depreciações e amortizações (Notas 15 e 16)	11.638	11.519	17.804	17.995
Comissões	8.104	6.724	13.335	10.842
Fretes	11.668	8.814	20.047	14.969
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	3.158	4.727	6.306	8.544
Outras despesas	15.276	15.916	22.260	21.970
	379.827	347.204	583.778	522.353
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	337.385	309.113	515.597	459.819
Custo de ociosidade	1.789	514	2.859	1.938
Despesas comerciais	25.539	22.797	43.401	39.616
Despesas gerais e administrativas	15.114	14.780	21.921	20.980
	379.827	347.204	583.778	522.353

23. Outras receitas/(despesas) líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Outras Receitas				
Venda de energia elétrica	1.240	2.789	2.884	2.899
Receita na venda de imobilizado	13.740	1.544	13.994	3.395
Atualização Precatório	2.152	-	2.152	-
Reversão de perdas	3.318	1.422	4.514	2.165
Reversão <i>Impairment</i>	38.491	-	38.491	-
Outras receitas	1.479	1.062	1.815	2.785
	60.420	6.817	63.850	11.244
Outras Despesas				
Provisão para perdas	(4.204)	(868)	(4.756)	(1.405)
Despesas tributárias	(3.900)	(2.441)	(5.865)	(4.212)
Indenizações trabalhistas (*)	-	-	-	(98)
Custos na venda de imobilizado	(9.241)	(62)	(9.245)	(1.860)
Perda de valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	-	(53.177)	(3.490)	(53.177)
Custo com energia	(962)	(7.178)	(1.675)	(7.776)
Outras despesas	(3.151)	(321)	(3.224)	(1.211)
	(21.458)	(64.047)	(28.255)	(69.739)
	38.962	(57.230)	35.595	(58.495)

(*) Despesa em volume considerado não recorrente - adequação de pessoal de produção para situação atual de mercado.

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras				
Descontos ativos	266	187	374	370
Receita de aplicações financeiras	206	242	348	421
Juros recebidos de clientes	1.650	1.915	2.445	2.730
Atualização de depósitos judiciais e do precatório	9.824	193	9.822	203
Outras receitas financeiras	1.056	2.664	1.399	2.740
	13.002	5.201	14.388	6.464
 Variações cambiais ativas	 2.691	 6.559	 3.430	 8.637
	15.693	11.760	17.818	15.101
Despesas financeiras				
Despesas financeiras - controladas	(4.467)	(3.905)	-	-
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(503)	(1.942)	(580)	(2.139)
Juros e encargos sobre financiamentos	(31.317)	(35.250)	(40.155)	(52.062)
Cessão de recebíveis	(9.470)	(10.159)	(16.101)	(16.145)
Descontos concedidos	(13)	(30)	(37)	(116)
Outras despesas financeiras	(1.215)	(2.241)	(1.639)	(3.017)
	(46.985)	(53.527)	(58.512)	(73.479)
 Variações cambiais passivas	 (2.436)	 (4.823)	 (3.101)	 (7.869)
	(49.421)	(58.350)	(61.613)	(81.348)
	(33.728)	(46.590)	(43.795)	(66.247)

25. Imposto de renda e contribuição social

- (a) A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está descrita a seguir:

	Controladora			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízo antes do imposto, contribuição social e participações	43.467	(141.687)	43.467	(141.687)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social (%)	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(10.867)	35.422	(3.912)	12.752
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	5.280	(3.094)	1.901	(1.114)
Perda por valor recuperável de ativos (impairment)	9.623	(13.294)	3.464	(4.786)
Outros	(353)	(236)	(77)	(87)
	3.683	18.798	1.376	6.765
IR e CSLL ajustados				
Crédito utilizado para liquidação de débitos - adesão ao PRT/PERT	25.887	-	11.109	-
Reversão de crédito tributário não reconhecido contabilmente	(1.988)	(17.761)	(830)	(6.391)
IR e CSLL efetivos	27.582	1.037	11.655	374
 Parcela diferida	 27.582	 1.037	 11.655	 374

	Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízo antes do imposto, contribuição social e participações	39.917	(145.408)	39.917	(145.408)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(9.979)	36.352	(3.593)	13.087
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada na controlada	720	(938)	-	-
Perda por valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	10.094	(13.294)	3.778	(4.786)
Outros	(250)	(87)	(15)	(8)
IR e CSLL ajustados	585	22.033	170	8.293
Incentivo da SUDENE	2.528	-	-	-
PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador	86	-	-	-
	3.199	22.033	170	8.293
Crédito utilizado para liquidação de débitos - adesão ao PRT/PERT	37.457	-	15.294	-
Reversão de crédito tributário não reconhecido contabilmente	(7.386)	(17.962)	(2.429)	(9.583)
IR e CSLL efetivos	33.270	4.071	13.035	(1.290)
Parcela corrente	(935)	(120)	(1.305)	(26)
Parcela diferida	34.205	4.191	14.340	(1.264)

(b) Os tributos diferidos ativos são compostos conforme apresentado abaixo:

Ativo	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Base negativa e prejuízos fiscais de anos anteriores	185.464	114.918	196.526	126.005	246.803	162.902	258.360	174.208
Base negativa, prejuízo fiscal (compensado) no ano calendário	12.128	70.546	12.256	70.521	5.999	83.901	6.123	84.152
Base utilizada para liquidação de débitos inscritos na adesão ao PRT/PERT	(103.548)	-	(123.430)	-	(149.830)	-	(169.930)	-
Diferenças intertemporais	9.530	25.366	8.814	25.366	19.623	33.009	18.294	32.383
Base de cálculo do imposto e contribuição social diferidos	103.574	210.830	94.166	221.892	122.595	279.812	112.847	290.743
Alíquotas (i)	25%	1,52% a 25%	9%	9%	13,5% a 25%	1,52% a 25%	9%	9%
Crédito tributário	25.893	52.708	8.475	19.970	28.462	66.297	10.156	26.167
Crédito tributário não reconhecido contabilmente (ii)	(16.597)	(44.186)	(4.983)	(16.693)	(16.828)	(50.313)	(5.136)	(19.745)
	9.296 (23.045)	8.522 (23.966)	3.492 (8.995)	3.277 (9.326)	11.634 (29.829)	15.984 (30.927)	5.020 (13.097)	6.422 (13.546)
Passivo diferido Líquido	(13.749)	(15.444)	(5.503)	(6.049)	(18.195)	(14.943)	(8.077)	(7.124)

- (i) As taxas efetivas de imposto de renda da controlada para Santo Antônio é 13,50% em 2017 (8,14% em 2016);

- (ii) O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que os prejuízos fiscais e base negativa sejam absorvidos por futuros lucros tributáveis e que as diferenças temporárias, sobre as quais são calculados, sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. O montante do crédito tributário reconhecido está limitado ao valor que se julga provável de realização em até 2026, conforme estudo aprovado pela Administração da Companhia.

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, descontada a valor presente, base negativa e diferenças intertemporais é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
2018	1.178	1.178	1.562	1.562
2019	1.682	1.682	2.150	2.150
2020	3.564	3.564	4.970	4.970
2021 a 2026	6.364	5.375	7.972	13.724
	12.788	11.799	16.654	22.406

- (c) Os tributos diferidos passivos são compostos conforme apresentado abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Saldo no início do exercício	103.627	108.549	103.627	108.549	150.514	159.202	150.514	159.202
Realização do custo atribuído ao imobilizado	(2.553)	(2.547)	(2.553)	(2.547)	(2.556)	(2.515)	(2.556)	(2.515)
Diferença depreciação contábil x fiscal (Parecer normativo nº 1 de 29/07/2011)	(1.132)	(2.375)	(1.132)	(2.375)	(2.438)	(6.173)	(2.438)	(6.173)
Base	99.942	103.627	99.942	103.627	145.520	150.514	145.520	150.514
Aliquotas	1,52% a 25%	1,52% a 25%	9%	9%	1,52% a 25%	1,52% a 25%	9%	9%
Saldo do imposto diferido	23.045	23.966	8.995	9.326	29.829	30.927	13.097	13.546

- (d) Subvenções governamentais

As unidades, instaladas em Pirapora na área de atuação da SUDENE, gozam de incentivo fiscal de redução de imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração sobre a capacidade prevista nos projetos de modernização dos empreendimentos, os benefícios gerados são registrados contabilmente na demonstração do resultado e submetidos à constituição de reserva de lucros.

Os instrumentos legais que permitem a utilização dos incentivos da Companhia e sua controlada:

- Projeto de Modernização total do empreendimento industrial (75% com vigência a partir do ano calendário de 2010 até o ano calendário de 2019): Laudo Constitutivo do MIT nº 119/2010 e processo da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 10620.000.494/2010-69, Ato Declaratório Executivo DRF/STL/MG nº 001/2011;
- Projeto de Modernização total do empreendimento industrial (75% com vigência a partir do ano calendário de 2014 até o ano calendário de 2019): Laudo Constitutivo do MIT nº 216/2014 e Despacho Decisório nº 817 - DRF/BHE.

A Companhia procede a contabilização da reserva de lucros referente a subvenção para investimento conforme estabelecido pelo Art. 30. da Lei No. 12.973 de 13 de maio de 2014 que determina a utilização da reserva de incentivo fiscal a partir da absorção de prejuízos, desde que anteriormente tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal. Adicionalmente, de acordo com o § 3º da lei mencionada anteriormente, se, no período de apuração, a pessoa jurídica apurar prejuízo contábil ou lucro líquido contábil inferior à parcela decorrente de doações e de subvenções governamentais e, nesse caso, não puder ser constituída como parcela de lucros nos termos do caput, esta deverá ocorrer à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

26. Lucro líquido / (prejuízo) por ação

O quadro a seguir estabelece o cálculo de lucros (prejuízos) por ação para nos exercícios de 2017 e 2016 (em milhares, exceto valores por ação):

	2017			2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	47.199	35.505	82.704	(80.056)	(60.220)	(140.276)
Denominador						
Média ponderada do número de ações	5.707	4.293	10.000	5.707	4.293	10.000
Lucro líquido / (prejuízo) básico e diluído por ação	<u>8,27</u>	<u>8,27</u>	<u>-</u>	<u>(14,03)</u>	<u>(14,03)</u>	<u>-</u>

Não existem instrumentos financeiros ou instrumentos patrimoniais com potencial dilutivo do número de ações da Companhia.

27. Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2017 a cobertura para risco de incêndio, raio e explosão de qualquer natureza totaliza na controladora - R\$43.450 (consolidado R\$69.020) (2016 - R\$38.330, consolidado R\$68.862).

28. Transações que não envolvem caixa

Durante os exercícios de 2017 e 2016, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2017
Capitalização de juros de empréstimos	21	13	33	46
Crédito de ICMS/PIS/COFINS sobre imobilizado	-	11	-	11

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fabiano Soares Nogueira - Presidente
Breno Mattos de Magalhães Mascarenhas - Vice-Presidente
Sílvia Diniz Ferreira Júnior
André Maurício Miranda
Victor Mascarenhas de Freitas Borges
Ricardo Cançado Dias
Marcelo de Moura Lara Resende
Marcos Mattos de Magalhães Mascarenhas
Renato Mascarenhas Alves
Ricardo Mascarenhas Lopes Cançado Diniz
Adauto Alves Ribas

DIRETORIA

Marco Antônio Branquinho Júnior - Diretor Presidente
Fábio Mascarenhas Alves - Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores
Luiz César Guimarães - Diretor Comercial

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Paulo César Soares - Gerente de Controladoria - Contador CRC-MG 32.041/O-4
Antônio Pereira Filho - Contador CRC-MG 49.896/O-1